

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO CHAVE NA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS-COVID-19

THAUAN SANTOS
LUAN SANTOS



SETEMBRO | 2022



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Cláudia Alvarenga Marconi
Coordenadora Acadêmica

Rafael de Souza Nascimento Miranda
Coordenação Executiva

COORDENAÇÃO DOS EIXOS DE PESQUISA

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi
União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen
Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta
Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto
Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos
Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável





O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.



SOBRE OS AUTORES

THAUAN SANTOS

Doutor em Planejamento Energético pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE/UFRJ), Brasil. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN). E-mail: thauan@marinha.mil.br

LUAN SANTOS

Pós-doutor em Economia do Clima e do Meio Ambiente pela Universität Graz, Áustria. Professor Adjunto da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ) e do Programa de Engenharia de Produção (PEP/COPPE/UFRJ). E-mail: luan.santos@pep.ufrj.br



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
INTRODUÇÃO	6
ANTECEDENTES	6
METODOLOGIA	9
REVISÃO DA LITERATURA	10
DESAFIOS E OPORTUNIDADES	14
REFERÊNCIAS	17



SUMÁRIO EXECUTIVO

Esse relatório é o primeiro de uma série de relatórios informativos e analítico-recomendativo a serem publicados no âmbito do Módulo Jean Monnet – FECAP, no contexto do “GT Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável”. Por ser o primeiro, tem como principal objetivo apresentar, de maneira geral, a temática do desenvolvimento sustentável na agenda global.

Tendo como principal destaque focar no contexto atual (Agenda 2030) e na conjuntura em questão (recuperação da pandemia do COVID-19), o relatório está estruturado da seguinte maneira: a “introdução” faz uma breve apresentação da questão, apontando as limitações do produto interno bruto (PIB) como indicador de desenvolvimento e sugerindo que o desenvolvimento sustentável, com sua interface com questões econômicas, mas também sociais e ambientais, substitua o protagonismo desse indicador.

Em seguida, a seção “antecedentes” apresenta uma linha do tempo cobrindo o período 1962-2015. São apresentados os principais resultados Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano (1972), da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92 (1992), da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), também conhecida como Rio+20 (2012), bem como a relevância de publicações, como *Silent Spring* (1962), *The Limits to Growth* (1971) e *Our Common Future* (1987).

As seções “metodologia” e “revisão da literatura” focam na atual agenda de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030). Com 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores, a tal agenda é ambiciosa e foi adotada pela ONU a fim de enfrentar os grandes desafios do século XXI. Considerando a conjuntura do COVID-19, que impactou de forma significativa a trajetória das políticas em prol do alcance das metas, propõe-se uma abordagem transversal, mais ampla e abrangente das diferentes temáticas no que se refere à Agenda 2030, não as limitando a apenas um ODS.

Por fim, são apresentados alguns desafios e possíveis oportunidades que emergem nesse contexto complexo e persistente durante/pós pandemia do COVID-19. Destaca-se que a mudança no projeto estrutural do crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável exigirá uma forte vontade política por parte dos governos, ainda que apresente bastante resistência por parte de parcela significativa da sociedade global.

INTRODUÇÃO

Sempre ouvimos nas notícias e lemos nas manchetes que a economia de um determinado país cresceu ou declinou. A métrica é muito simples: crescer é sinônimo para um “bom trabalho”, enquanto diminuir para um “mau trabalho”. A medida mais utilizada para tal análise é o conhecido produto interno bruto (PIB), que pode ser entendido como o valor total de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em uma região (normalmente, um país) durante um determinado período de tempo (normalmente, um ano).

Esta medida foi desenvolvida durante as décadas de 1930 e 1940, após a Grande Depressão e as Guerras Mundiais. Contudo, vale mencionar que esta estrutura internacional guiada pelo crescimento econômico é o resultado de modelos estruturais de relações econômicas e financeiras internacionais. Estes resultados e medidas continuam sendo referências para os fluxos comerciais e investimentos internacionais, assim como para a credibilidade (ou não) das economias.

É sabido que o PIB inclui consumo, gastos governamentais, investimentos e exportações líquidas. Ele não leva em conta alguns dos efeitos negativos do crescimento econômico, como a poluição, nem considera o tempo livre, nem partes da economia informal (RAMPELL, 2008). Portanto, o PIB mede principalmente as transações de mercado, ignorando os custos sociais, desigualdade de renda e impactos ambientais e climáticos (SANTOS, 2017).

O crescimento econômico não avalia criticamente sua relação com a disponibilidade dos recursos naturais, especialmente quando se trata de recursos não renováveis. Então, vários grupos e relatórios já concluíram que o PIB é perigosamente inadequado como medida de qualidade de vida, o que também foi ecoado

em “O Futuro que Queremos”, a declaração da Rio+20 acordada por todos os Estados membros da ONU, e no Acordo de Paris. No entanto, o PIB continua realmente relevante (COSTANZA *et al.*, 2014).

Contudo, definir um ambiente econômico saudável não se limita a avaliar os indicadores econômicos no sentido estrito, pois a economia é uma ciência social aplicada e, neste sentido, lida com seres humanos. Portanto, existe a necessidade de considerar as variáveis sociais, ambientais e políticas sobre estas análises.

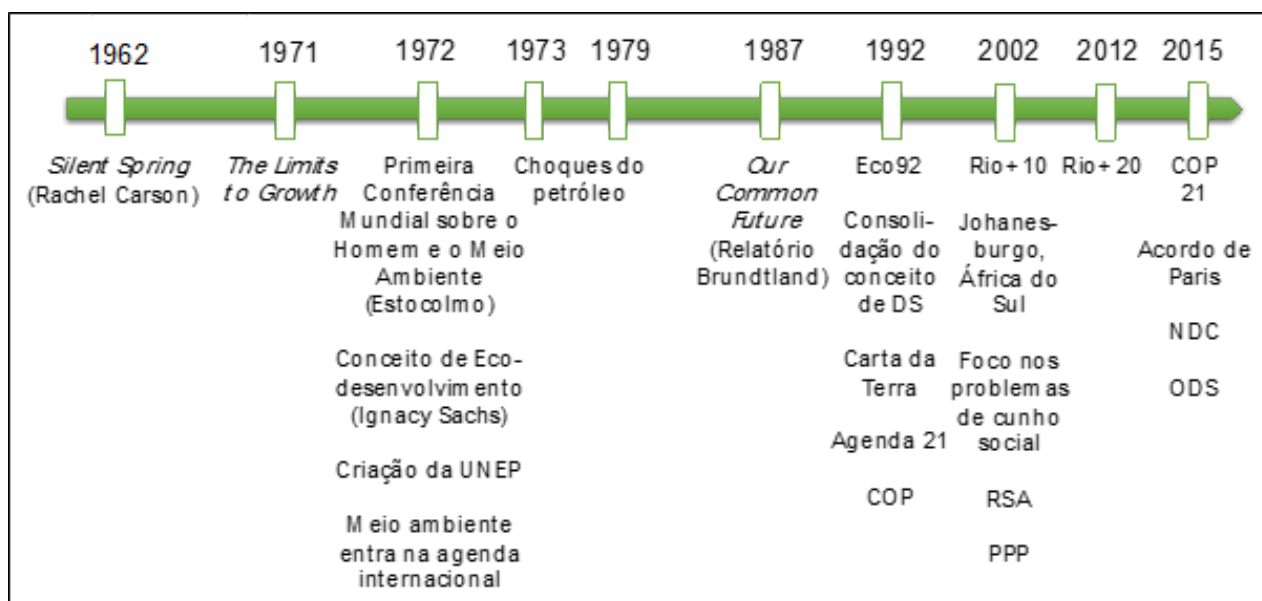
Dessa maneira, e diante desse quadro de limitação teórica e de interpretação de indicadores por parte da política econômica internacional, o presente relatório busca evidenciar a relevância do desenvolvimento sustentável no crescimento econômico. Considera-se, por conta da conjuntura, o contexto da pandemia do COVID-19, que tanto afetou variáveis de natureza econômica e social em todo o mundo.

ANTECEDENTES

Embora não seja uma temática nova na agenda global, é possível afirmar que é apenas nas últimas décadas que a agenda da sustentabilidade ganha uma relevância significativa na política internacional. Sendo assim, a **Figura 1** apresenta os principais *milestones* a partir da década de 1960 que contribuíram para a consolidação desta agenda.

Como ficará claro na próxima seção, a principal base atual para discussão no contexto da agenda global é a Agenda 2030 e seus 17 ODS. Ela, inclusive, servirá de base tanto para a metodologia proposta neste *report* quanto para a o desenho dos principais desafios e potenciais oportunidades (objeto de discussão da última seção).

Figura 1 - Linha do tempo com histórico dos principais eventos relacionados à agenda global da sustentabilidade (1962-2015)



Fonte: Elaboração própria; COP = Conferência das Partes; RSA = Responsabilidade Socioambiental; PPP = Parcerias Público Privada; NDC = Contribuição Nacionalmente Determinada; ODS = Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em 1972, ocorre a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano – *United Nations Conference on the Human Environment*, em Estocolmo, que representou o primeiro grande passo em busca da superação dos problemas ambientais. Nesse contexto, destaca-se o conceito de Ecodesenvolvimento (proposto por Ignacy Sachs), que defendia a expansão da temática ambiental para os diversos campos do conhecimento, como educação, cultura, política, economia, dentre outros.

No mesmo ano, é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – *United Nations Environment Programme* (UNEP), cujo objetivo era gerar diretrizes para o desenvolvimento de um ambiente preservado através da utilização racional de seus recursos.

Em 1987, publica-se o relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), também conhecido como Relatório de Brundtland. Tal publicação vem propor um modelo desenvolvimento no qual seja possível aliar-se um crescimento social e econômico justo e

saudável com a utilização consciente e com a preservação dos recursos naturais. Surge, como consequência, o conceito de **Desenvolvimento Sustentável**, que seria consolidado e amplamente difundido nos próximos cinco anos, durante a segunda conferência das Nações Unidas para o meio ambiente (Eco-92). Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – *United Nations Conference on Environment and Development*, em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro e também é conhecida como Rio 92 ou Eco 92. De acordo com PNUMA, ela foi um dos principais marcos à consolidação do termo Desenvolvimento Sustentável e à formulação de diretrizes e de políticas ambientais para o final do século XX. Dentre seus principais resultados, destacam-se:

- (i) Agenda 21;
- (ii) Carta da Terra; e

(iii) Conferências das Partes – COPs (criação do IPCC em 1988).

A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Carta da Terra, por sua vez, é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação. Por fim, a Conferências das Partes (COPs) é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). É uma associação de todos os países membros (ou “Partes”) signatários da Convenção, que se reúnem anualmente, a partir de 1995, para avaliar a situação das mudanças climáticas e propor mecanismos a fim de garantir a efetividade da Convenção

Dez anos mais tarde, acontece, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (*World Summit on Sustainable Development*). A Cúpula teve como principal objetivo marcar os dez anos da Rio-92, revisar as metas propostas pela Agenda 21, bem como indicar o caminho a ser seguido para implementação dos compromissos. Dentre seus principais resultados, destacam-se:

(i) Debates de problemas de cunho social;
(ii) Inclusão da responsabilidade corporativa como pressuposto de grandes companhias; e
(iii) Reconhecimento do aumento do papel de parcerias público-privadas (PPP).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), *United Nations Conference on Sustainable Development*, também conhecida como Rio+20, tinha como

principal objetivo marcar os 20 anos da Rio 92 e revisitar os temas da Conferência, fazendo um balanço das conquistas e dos fracassos, além de repensar o tema do Desenvolvimento Sustentável à luz do século XXI. Ocorrida no Rio de Janeiro, em 2012, resultou na publicação “*The future we want*”, que levantava as seguintes questões: (i) Como construir a economia verde? e (ii) Como melhorar a coordenação internacional para o desenvolvimento sustentável (quadro institucional)?

Contou com ampla participação da iniciativa privada, organizações não-governamentais (ONGs) e de movimentos sociais, com efetivo apoio da sociedade civil. Os eventos paralelos (*side events*), segundo a ONU (2012), foram entorno de 6.000 (seis mil).

Dentre seus principais resultados, destacam-se, no âmbito internacional:

- Índice de Riqueza Inclusiva (IRI);
- Criação de um Fórum sobre DS no âmbito da ONU;
- Fortalecimento da UNEP;
- Empresas e governos firmaram mais de 200 compromissos de ações voluntárias;
- Engajamento da sociedade civil; e
- UNCLOS – *United Nations Convention on the Law of the Sea*.

Destacam-se, no âmbito nacional:

- Inclusão da “sustentabilidade” nos currículos;
- Criação do Centro Internacional de Sustentabilidade (COPPE/UFRJ);
- Pacto Global das Nações Unidas anunciaram dez metas relacionadas à economia verde;
- Investimento de US\$ 175 bilhões em transportes; e
- Mercado Agropecuário de Redução de Emissões (MARE).

O QUE É ECONOMIA VERDE?

“Aquela que resulta em melhoria do bem-estar e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica, caracterizando-se pela baixa emissão de carbono, pelo uso eficiente dos recursos naturais e pela inclusão social” (UNEP, 2011) – *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*.

“Uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve contribuir para alcançar os objetivos-chave – em particular as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão de água saudável, acesso universal a serviços energéticos modernos, cidades sustentáveis, gestão de oceanos e melhoria da resistência e preparação para desastres, bem como de saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo e equitativo, que gera emprego.” (ONU, 2012a) – *Zero Draft*;

“Economia verde como um instrumento para alcançar o desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios acordados na Eco-92, como foco nas seguintes áreas: erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão de águas limpas, acesso universal a serviços modernos de energia, cidades sustentáveis e saúde pública.” (ONU, 2012b) – *The future we want*.

Cabe mencionar, ainda, que a Rio+20 não foi uma Conferência para a tomada de grandes decisões no curto-prazo, mas foi uma oportunidade para grandes diálogos, discussões e debates. Entende-se que houve uma vitória da diplomacia brasileira, especialmente porque não houve retrocesso aos acordos já firmados.

Seja no período em questão, seja atualmente, a crise socioeconômica e ambiental mundial torna ainda mais premente a necessidade de se incorporar a sustentabilidade à atuação dos agentes privados e à formulação das políticas públicas – nova trajetória. Especialmente por isso, a seção seguinte irá propor o marco interdisciplinar e transversal da Agenda 2030 no enfrentamento dos principais desafios globais.

METODOLOGIA

Considerando o contexto da Agenda 2030, a ser detalhadamente apresentada na próxima seção deste relatório, a metodologia proposta para análise dos desafios e das oportunidades segue a proposta desenhada em Santos (2021), no texto *Thinking Outside the Box: Blue*

economy beyond the SDG 14 in era of the 2030 Agenda and the UN Decade of Ocean. Dessa maneira, propõe-se uma análise mais ampla e abrangente das diferentes temáticas no que se refere à Agenda 2030, não as limitando a apenas um objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS).

Na verdade, existem diferentes interligações e *trade-offs* entre os 17 ODS (ALLEN et al., 2018; BREUER et al., 2019; LU et al., 2015; LUSSEAU; MANCINI, 2019; MOYER; BOHL, 2019; NERINI et al., 2018; PRADHAN, 2019; SANTOS; SANTOS, 2017; SCHERERER et al., 2018). Portanto, o sucesso da Agenda 2030 depende do alcance conjunto dos diferentes ODS, mesmo porque eles precisam ser pensados coletivamente. Em alguns casos, como será demonstrado na seção seguinte, a realização de uma meta específica associada a algumas ODS pode comprometer ou mesmo impedir a realização de outra meta, o que justifica esta complexa abordagem conjunta.

Portanto, a luz da revisão da literatura que segue, após breve apresentação do histórico da agenda global acerca da sustentabilidade, é necessário realizar uma mudança de paradigma, ainda na era e no contexto da

Agenda 2030, evidenciando que a complexidade dos setores seja devidamente tratada em termos de desenho de políticas e governança. Dessa maneira, a Agenda 2030 estará sendo considerada na sua complexidade e devida transversalidade/circularidade.

A **Tabela 1** propõe essa análise aplicada ao caso da agenda azul relacionada a mares e oceano. Sendo frequentemente (e quase

exclusivamente) relacionada ao ODS 14, tal agenda possui interface com todos os demais ODS da Agenda 2030 – como ficará claro. Sendo assim, é necessário ir além da “ótica das caixinhas” e realizar, efetivamente, uma análise das metas e respectivos indicadores de cada objetivo/tema em questão.

Tabela 1 - Economia azul na Agenda 2030 além do ODS 14, por ODS e metas

SDG/ Target	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	a	b	c	d
1	X	X			X															X	X		
2	X	X																					
3			X						X														
4			X	X	X		X														X		
5					X																X		
6	X		X	X	X	X															X	X	
7		X																			X		
8	X		X	X					X												X		
9	X		X	X																	X		
10		X				X																	
11				X	X	X																X	X
12		X	X	X																		X	
13	X	X	X																			X	
14	X	X	X	X	X	X	X														X	X	X
15	X							X													X		
16							X	X													X	X	
17			X			X	X		X							X	X	X					

Fonte: Santos (2021).

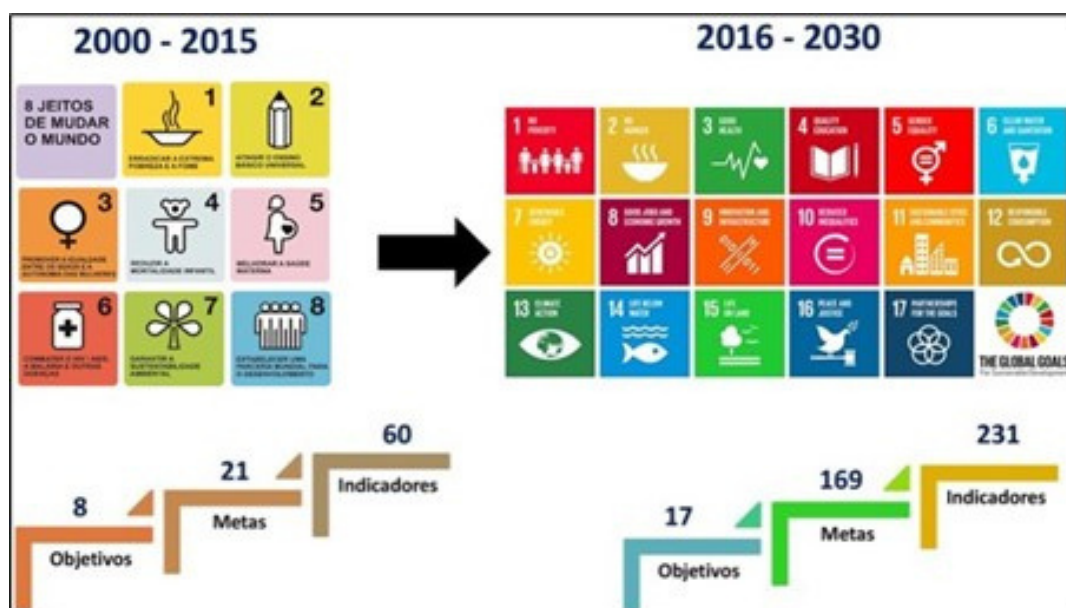
REVISÃO DA LITERATURA

Conforme apresentado na seção “antecedentes”, as discussões sobre a temática da sustentabilidade e do meio ambiente começaram a aparecer mais forte e frequentemente a partir dos anos 1970, devido a uma variedade de fatores (POTT; ESTRELA, 2017), como: (i) crises internacionais do petróleo (1973 e 1979); (ii) publicação de “*The Limits to Growth*”, pelo Clube de Roma (1972); (iii) conceito de eco-desenvolvimento, da Conferência de Estocolmo (1972); (iv) relevância da educação ambiental, com a Carta de Belgrado (1975); e (v) Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, entre a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (1977).

Entretanto, é apenas no início do século XXI que a sociedade testemunha o primeiro grande esforço global para promover o desenvolvimento sustentável. Em 2000, surgiram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que totalizavam 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores. Após quinze anos, são lançados a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, com base nos ODM, totalizaram 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores. A **Figura 2** apresenta um quadro comparativo entre a Agenda dos ODM (2000-2015) e dos ODS (2016-2030).

De maneira similar, a **Tabela 2** propõe o mesmo esquema comparado entre a agenda dos ODM e dos ODS. Aqui, serão comparados escopo, foco, soluções, meios de implementação e janela temporal de ambas as agendas.

Figura 2 - Quadro comparativo entre Agenda dos ODM e dos ODS



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 - Comparação entre Agenda dos ODS e dos ODS em termos de propostas e soluções

	ODM	ODS
ESCOPO	Pobreza extrema, em suas várias dimensões (falta de acesso aos recursos básicos).	3 dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social.
FOCO	1 bilhão de pessoas na pobreza absoluta; Países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.	Escala global; Países desenvolvidos: liderança na mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo.
SOLUÇÕES	Existem ferramentas disponíveis; A pobreza extrema foi erradicada em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento.	Diferentes respostas, mas a maioria delas a serem construídas. Nenhum país alcançou desenvolvimento sustentável; Necessidade de reformas estruturantes.
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Doação, dinheiro público, filantropia; Papel muito limitado do setor privado.	Tecnologia, inovação; Oportunidades para o setor privado; Incentivos tributários e investimento direto.
JANELA TEMPORAL	Milestone: 2015 (15 anos); Fim da pobreza absoluta em 2030;	Milestone: 2030 (8,5 bilhões de habitantes); Gerações futuras.

Fonte: Elaboração própria.

A ambiciosa Agenda 2030 é adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de enfrentar os grandes desafios do século XXI. O conjunto de objetivos, metas e indicadores se concentra nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias (conhecidos como “os 5Ps”) e pode ser entendido como uma abordagem mais holística do que os ODMs.

Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (5Ps). A **Figura 3** apresenta a relação dos 5Ps com os distintos temas apresentados na Agenda 2030.

Figura 3 - Os 5ps da Agenda 2030



Fonte: ONU.

Como fica claro, a Agenda 2030 trata de temas diversos. Dentre eles, separados por diferentes ODS, estão:

ODS 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável;
ODS 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4	Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos;
ODS 5	Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 6	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;

ODS 7	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos;
ODS 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
ODS 9	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
ODS 10	Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
ODS 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
ODS 12	Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;
ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
ODS 14	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e deter a perda de biodiversidade;
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17	Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Sem dúvidas, trata-se do maior processo de consulta global já desenvolvido e que tem servido de base para o desenho das políticas públicas em todo o mundo desde 2016, quando tal agenda foi implementada. No atual contexto da pandemia do COVID-19, que afetou a sociedade global de diferentes formas, é necessário destacar a relevância de ter a agenda de desenvolvimento sustentável como guia nas políticas de recuperação econômica (SANTOS; SANTOS; ANGELO, 2021).

O *Sustainable Development Goals Report 2021* revelou impactos devastadores da crise da COVID-19 na implementação dos ODS. Embora o relatório tenha apontado que fontes de dados oficiais insuficientes tenham dificultado a obtenção de um quadro detalhado e preciso do progresso em direção aos ODS em tempo

real, identificou uma série de áreas que exigiam uma ação urgente e coordenada. A título de exemplo, a taxa de pobreza no trabalho aumentou em 2020 pela primeira vez em duas décadas.

A proporção de trabalhadores pobres vinha diminuindo constantemente no mundo todo, de 26,1% em 2000 para 6,7% em 2019; entretanto, a pandemia COVID-19 interrompeu esta tendência. Em 2020, a proporção global de trabalhadores vivendo com suas famílias abaixo da linha de pobreza internacional aumentou pela primeira vez desde 2000 (quando a série de dados começa), chegando a 7,2%, o que se traduziu em mais 8 milhões de trabalhadores vivendo na pobreza em comparação com 2019. Embora a taxa de pobreza no trabalho tenha diminuído

ligeiramente em 2021, em 6,9% ainda era mais alta do que a taxa pré-pandêmica (SODERGREN; KAPSOS; KARKEE, 2022).

Pesquisas recentes publicadas pela UNDP utilizam modelos de futuros em três cenários potenciais de recuperação, capturando os efeitos multidimensionais da pandemia durante a próxima década sob a ótica dos ODS. Os estudos concluem que enquanto os impactos sociais e econômicos da COVID-19 estão estabelecidos para aumentar a distância entre as pessoas que vivem em países ricos e pobres, os países da faixa inferior do desenvolvimento humano podem exceder as trajetórias de desenvolvimento pré-COVID, através de uma combinação de escolhas políticas ousadas e investimentos em governança, proteção social, economia verde e digitalização (um “Empurrão SDG”). A publicação *“Leaving No One Behind: Impact of COVID-19 on the Sustainable Development Goals (SDGs)”* (ABIDOYE et al., 2021) cobre o impacto em países de baixa e média renda, enquanto o relatório de pesquisa fundamental *“Pursuing the Sustainable Development Goals in a World Reshaped by COVID-19”* (HUGHES et al., 2021) se concentra em desenvolvimentos globais.

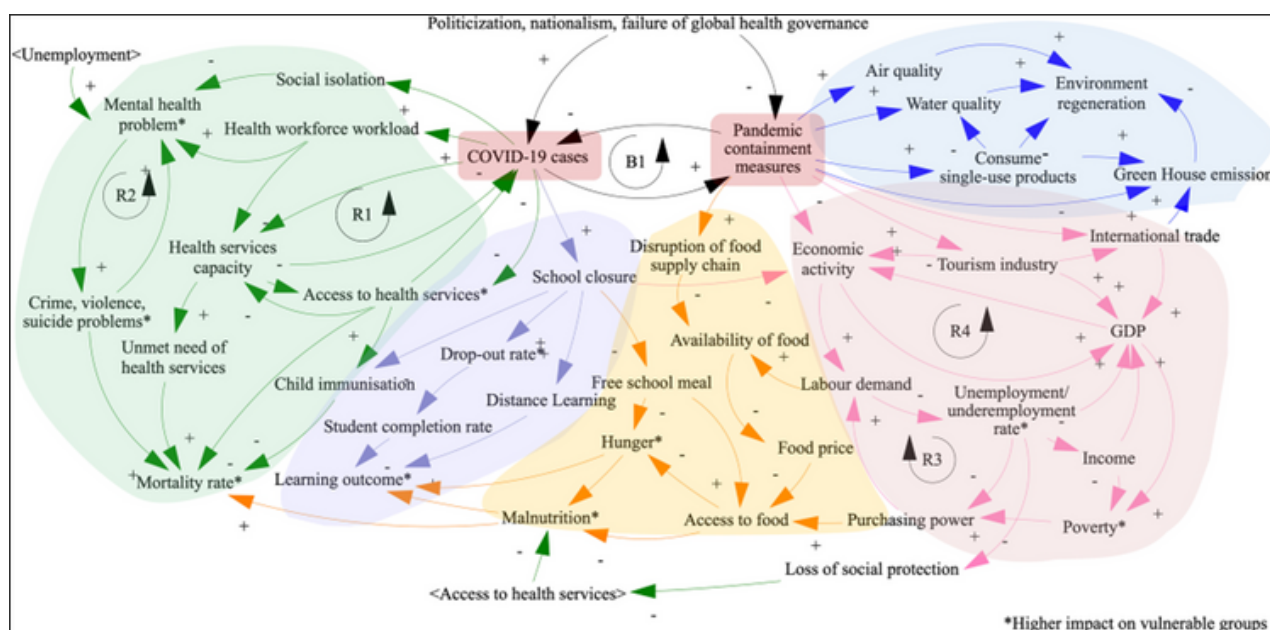
Focando nos países em desenvolvimento, de acordo com o *“Global Outlook on Financing for Sustainable Development”*, da OCDE, os países em desenvolvimento estão enfrentando um déficit de US\$ 1,7 trilhões no financiamento que precisariam em 2020 para mantê-los no caminho dos ODS para 2030, enquanto governos e investidores lidam com os impactos da crise da COVID-19 na saúde, economia e sociedade. O relatório afirma que os países em desenvolvimento deverão ver uma queda de US\$ 700 bilhões no financiamento privado externo em 2020 e uma lacuna de US\$ 1 trilhão em gastos públicos com medidas de recuperação do novo coronavírus em comparação com o que está sendo gasto nas economias avançadas, onde os governos têm uma maior capacidade de empréstimo (OECD, 2020).

Considerar o contexto da pandemia do COVID-19 é fundamental, pois a pandemia veio justamente no meio da implementação dos ODS. Com suas graves consequências, a pandemia pode reverter os ganhos do passado e dificultar a realização das ODS até 2030. A **Figura 4** destaca que há duas grandes origens de determinantes dessa relação entre COVID-19 e alcance dos ODS: (i) a própria pandemia tem impactos negativos substanciais na saúde das populações e na educação devido ao fechamento de escolas; e (ii) as restrições de viagens nacionais e internacionais foram implementadas como medidas sociais importantes para conter a pandemia; tais restrições têm impactos negativos significativos sobre a economia e o emprego, mas têm tanto impactos positivos quanto negativos na regeneração ambiental (LEKAGUL et al., 2022).

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que a mudança no projeto estrutural do crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável exigirá uma forte vontade política por parte dos governos, especialmente no contexto da busca pelo crescimento econômico no contexto da pandemia do COVID-19 – conforme destacado na seção anterior. Dessa maneira, o conceito de desenvolvimento deve ser interpretado como um conceito “guarda-chuva”, que considera não apenas as questões econômicas, mas também as sociais, políticas, culturais, de gênero e institucionais, além dos direitos humanos. Para alguns, certamente esta (nova) definição de índice pode representar uma ousadia tremenda, mas temos que considerar que a definição do conceito de crescimento econômico como indicador protagonista já teve que ser arbitrada algum dia e, portanto, não é uma variável inquestionável e a-histórica. Na verdade, ela foi construída socialmente (SANTOS, 2017).

Figura 4 - Impactos multidimensionais da pandemia de COVID-19 no alcance dos ODS



Fonte: Lekagul et al. (2022). * denota maior impacto adverso sobre a população vulnerável.

Assim, percebemos que haverá (e já tem havido) uma resistência significativa a esta mudança, principalmente devido aos lobbies políticos e econômicos que muitas vezes têm forte poder e influência na tomada de decisões. Isto se torna ainda mais grave se considerarmos a taxa de crescimento econômico dos conhecidos “países emergentes”, tais como os BRICS. As condicionalidades impostas pelo financiamento internacional e os investimentos estrangeiros são guiados quase que exclusivamente por essas taxas de crescimento econômico, o que encerra esses países com o status quo, limitando modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Mais uma vez, fica claro o caráter sistêmico e internacional desta dinâmica.

Diante das mudanças dramáticas presenciadas ao longo dos últimos anos em termos de agenda global, precisamos reformular o nosso sistema econômico. Pelo menos inicialmente, precisamos fazer iniciativas eficazes e eficientes que punam o desrespeito contra os limites da natureza através de sinais estabelecidos pelo mercado para mudar o

comportamento das empresas e dos consumidores. Em segundo lugar, podemos pensar além da lógica dos mercados, enfatizando a necessidade de considerar a literatura sobre bem-estar subjetivo e felicidade (KAHNEMAN et al., 2004).

Com relação aos indicadores de crescimento econômico, precisamos que eles sejam mais complexos, trazendo para dentro variáveis subjetivas e objetivas, análises quantitativas e qualitativas, e visões gerais e particulares. No entanto, certamente os críticos enfatizariam a dificuldade de comparar estes indicadores entre países, mas a questão que se coloca é se estes índices são criados para permitir comparações internacionais ou servem basicamente como um termômetro para avaliar o resultado de certas políticas e, conseqüentemente, ajudar a definir novas políticas.

Esta mudança estrutural na economia certamente levará a uma mudança institucional, que, por sua vez, levará a uma transformação comportamental. Assim, é bastante trivial perceber que não há mágica



nem um único índice para melhor substituir a abordagem de “crescimento econômico”; em outras palavras, dependerá de muitas circunstâncias, tais como econômicas, políticas, históricas e institucionais – o que podemos assegurar é que o desenvolvimento sustentável, como uma abordagem ampla, possa se adequar melhor à questão. Para tal, a Agenda 2030 apresenta um amplo e complexo grupo de indicadores que pode ajudar nesse novo passo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIDOYE, B.; FELIX, J.; KAPTO, S.; PATTERSON, L. **Leaving No One Behind: Impact of COVID-19 on the Sustainable Development Goals (SDGs)**. New York, NY and Denver CO: United Nations Development Programme and Frederick S. Pardee Center for International Futures, 2021.

Disponível em:

https://sdgintegration.undp.org/sites/default/files/Leaving_No_One_Behind_COVID_impact_on_the_SDGs_second_flagship.pdf

ALLEN, C. *et al.* View project Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): a review of evidence from countries. **Sustainability Science**, v. 13, p. 1453–1467, 2018.

BREUER, A. *et al.* Translating sustainable development goal (SDG) interdependencies into policy advice Sustainability. **Sustainability**, v. 11, n. 7, p. 2092–3012, 2019.

COSTANZA, R. *et al.* Development: Time to leave GDP behind, **Nature**, 2014. Disponível em: www.nature.com/news/development-time-to-leave-gdp-behind-1.14499.

HUGHES, B.B.; HANNA, T.; McNEIL, K.; BOHL, D.K.; MOYER, J.D. **Pursuing the Sustainable Development Goals in a World Reshaped by COVID-19**. Denver, CO and New York, NY: Frederick S. Pardee Center for International Futures and United Nations Development Programme, 2021.

Disponível em:

https://sdgintegration.undp.org/sites/default/files/Foundational_research_report.pdf

KAHNEMAN, D. *et al.* Toward national well-being accounts. **American Economic Review**, Papers and Proceedings 94, p. 429-434, 2004.

LEKAGUL, A.; CHATTONG, A.; RUEANGSOM, P. *et al.* Multi-dimensional impacts of Coronavirus disease 2019 pandemic on Sustainable Development Goal achievement. **Global Health**, v. 18, n. 65, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12992-022-00861-1>

LU, Y. *et al.* Policy: five priorities for the UN sustainable development goals - comment. **Nature**, v. 520, n. 7548, p. 432–433, 2015.

LUSSEAU, D.; MACIINI, F. Income-based variation in Sustainable Development Goals interaction networks. **Nature Sustainability**, v. 2, p. 242–247, 2019.

MEADOWS, D.H.; MEADOWS, D.L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W.W. **The Limits to Growth**. New York: Signet, 1972.

MOYER, J.D.; BOHL, D.K. Alternative pathways to human development: assessing trade-offs and synergies in achieving the Sustainable Development Goals. **Futures**, v. 5, p. 199–210, 2019.

NERINI, F. *et al.* Mapping synergies and trade-offs between energy and the sustainable development goals. **Nature Energy**, v. 3, p. 10–15, 2018.

OECD. **Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2021: A New Way to Invest for People and Planet**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e3c30a9a-en>.

PRADHAN, P. Antagonists to meeting the 2030 Agenda. **Nature Sustainability**, v. 2, p. 171–172, 2019.

RAMPELL, C. Alternatives to GDP. **Economix**. 2008. Disponível em:

www.economix.blogs.nytimes.com/2008/10/30/alternatives-to-the-gdp/?_r=0.

SANTOS, Luan; SANTOS, Thauan. Os ODS e seus indicadores: novas classes gramaticais, uma mesma morfologia. **Pontes**, v. 13, n. 2, 2017.

SANTOS, Thauan. Beyond Economic Growth: Sustainable development as an alternative approach. **Conjuntura Austral**, v. 9, p. 5-13, 2018.

SANTOS, Thauan. Economy of the Sea and the 2030 Agenda Beyond Boxes. 2020. **Blue Planet Law: Development and Global Ecology**, Lisboa, Portugal, 2020.

SANTOS, Thauan. Socio-economic Impacts and Counter-cyclical Policies to Face Coronavirus in Brazil. **E-INTERNATIONAL RELATIONS**, v. 1, p. 1-11, 2020.



SANTOS, Thauan; SANTOS, Luan; ANGELO, Ana Carolina. Socioeconomic Pathways Toward the Sustainable Development Goals (SDGs) in Brazil During and Post-COVID-19 Pandemic. In: LEAL FILHO, Walter. (Org.). **World Sustainability Series**. 1ed. Hamburg: Springer International Publishing, p. 125-141, 2021.

SCHERER *et al.* Trade-offs between social and environmental Sustainable Development Goals. **Environmental Science & Policy**, v. 90, p. 65–72, 2018.

SODERGREN, Marie-Claire; KAPSOS, Steven; KARKEE, Vipasana. COVID-19 and the Sustainable Development Goals: Reversing progress towards decent work for all. **International Labour Organization**, 2022. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/covid-19-and-the-sustainable-development-goals-reversing-progress-towards-decent-work-for-all/>